

As primeiras notícias da Aids no Brasil no jornal *O Estado de S. Paulo*: uma análise

RESUMO

João Batista Barbosa Junior
joao_bbjunior@hotmail.com
Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Curitiba, Paraná, Brasil.

Maurini de Souza
mauriniss@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

Este estudo propõe uma análise dos discursos sobre a Aids nas primeiras matérias do jornal *O Estado de S. Paulo* pelo viés teórico da Análise do Discurso Francesa (AD), baseada nos posicionamentos de Pêcheux (1997; 2002) e Orlandi (1998; 2005; 2007). Deste modo, busca-se evidenciar a construção discursiva adotada pela imprensa brasileira nas primeiras notícias sobre a doença na década de 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jornalístico. Análise do discurso. Aids. Jornalismo. O Estado de S. Paulo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho incide sobre os primeiros discursos produzidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na década de 1980 sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Dessa maneira, busca-se refletir sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua (ORLANDI, 2009) e formam, historicamente, os sentidos produzidos pela sociedade. Assim, tal estudo é fundamental para se entender as concepções, na atualidade, que cercam o tema.

Pêcheux (1975) afirma que a relação entre história e posição ideológica refletida na língua se materializa, uma vez que não há discursos sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado pela ideologia e é assim que a língua faz sentido, em consonância com as materialidades. Portanto, o discurso do jornal *O Estado de S. Paulo* é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo como a língua produz sentidos por/para sujeitos em um contexto de interesse público, como foi o fato das contaminações com o vírus da Aids.

Deste modo, este estudo não pretende se ocupar do sentido do texto, mas sim dos modos e das dinâmicas do discurso. Para isso, é importante destacar que, consoantes às posturas da Análise do Discurso francesa (AD), não consideramos a língua como um sistema abstrato e formal, e tampouco o sujeito como a fonte dos sentidos, uma vez que os sentidos não são produzidos pelo sujeito, mas sim em outro lugar, anterior e externo a ele (de alguma maneira, os sentidos aqui analisados fazem parte dos discursos chamados contemporâneos).

Nessa perspectiva, volta-se a atenção para as bases da AD, tal como sugere Orlandi (2009), necessárias para entender as maneiras pelas quais a ideologia se faz presente na superfície discursiva: a linguística, o marxismo e a psicanálise. Sob o aspecto linguístico, segundo a autora, temos o pressuposto de que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação que se faz termo a termo, ou seja, rompe com qualquer resquício possível de um essencialismo platônico ou neoplatônico, pois parte do pressuposto de que os sentidos não pairam em um mundo ideal ou transcendental. Pelo contrário, os sentidos só são possíveis a partir de sua materialização na linguagem.

Em virtude disso, a escolha do jornal *O Estado de S. Paulo* justifica-se, pois subentendemos que o texto jornalístico é um objeto linguístico-histórico estruturado e que organiza de determinado modo sua discursividade, a ordem da língua e a ordem das coisas, ou seja, sua materialidade. Por outro lado, a escolha deste jornal se dá pelo fato de que ele serve como referência para outras publicações do país desde 1875, ano de sua criação.

Estudar o discurso deste jornal significa, nas palavras de Cyrre (2013), entender não só como o texto produz sentido, mas para qual sociedade historicamente determinada produz sentido. Uma vez que a mídia – enquanto detentora do poder de fazer-saber – é capaz de apresentar a produção de uma mercadoria para um público determinado, pode direcionar esse produto-mercadoria para produzir ou reforçar mensagens ideológicas e, com isso, desqualificar os sujeitos do acontecimento noticiado, ou mesmo vir a enaltecê-los. Isso implica compreender tanto como os sentidos estão no discurso quanto como ele pode ser lido.

Segundo Capelato (1988), o jornalismo impresso diário tem um papel decisivo na formação da opinião pública da sociedade por refletir lutas políticas e questões sociais, assim como por compartilhar e noticiar os momentos em que a história nasce e se desenvolve. Desta maneira, esse instrumento de comunicação serve como um material imprescindível para pesquisar e estudar determinada época, compreendendo que a imprensa participa da história ao comentá-la e registrá-la. Além disso, os jornais são uma importante fonte de informação sobre os resultados de pesquisas na área da saúde, tal como o caso da Aids. E notícias relacionadas a essa temática influenciam decisões políticas, consumidores dos serviços de saúde e a população em geral.

Para Bartlett et al (2002), é comum encontrarmos nos jornais relatos de problemas de saúde que transmitem certeza nos resultados de investigação, além de possuírem características alarmistas e incompletas. Por tudo isso, Genro Filho (1985) chama atenção em relação à questão da verdade no jornalismo; esta não se relaciona à verdade nos termos da filosofia de Platão (1972), que pressupõe um conjunto de valores disponíveis em um determinado sistema, anterior ou superior ao próprio ser humano. Pelo contrário, a verdade para o jornalismo tem relação com a objetividade, em que a notícia é a unidade básica de informação.

Deste modo, os fatos jornalísticos, objeto das notícias, constituem a menor unidade de significação. Esses fatos não existem previamente como tais, pois há um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Eles são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. De tal forma, os fatos são uma escolha. Porém, para evitar relativismo e o subjetivismo, Genro Filho (1985) afirma que é importante que essa escolha seja delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo.

Nessa perspectiva, a verdade é um processo de revelação e constituição dessa substância. Portanto, para o autor, a verdade jornalística é um processo, cujo objetivo é revelar e constituir a substância que se constrói na história e na sociedade independente do sujeito que está atrás de todo o fato jornalístico, em que pese a seleção arbitrária, o que nos permite considerar que, por mais arbitrário e parcial que seja o recorte que dá origem à notícia, existe uma limitação imposta pela própria realidade a essa arbitrariedade.

Ademais, a produção de notícias pode ser considerada como um ato de linguagem que permite transmitir significados através de seus enunciados. Sobretudo tais significados não são percebidos em uma leitura rápida e desatenta das notícias. Por isso, para compreendê-las, é necessário um estudo com base nos pressupostos da AD, que nos permitirá a compreensão dos sentidos produzidos em *O Estado de S. Paulo* sobre a Aids, que influenciaram a percepção sobre o assunto. Assim, o presente estudo trabalha com a hipótese de que o jornal *O Estado de S. Paulo* constrói uma postura preconceituosa sobre a Aids, cujo risco era iminente.

De acordo com os fatos apresentados, o principal objetivo deste trabalho é analisar as discursividades produzidas sobre a Aids nos títulos das primeiras matérias do jornal *O Estado de S. Paulo* durante o período que recobre a década de 80. Para tanto, debruçamo-nos primeiramente na história da Aids no Brasil; em

seguida nas teorias do jornalismo com o intuito de explicar as condições a partir das quais os jornalistas produziram as notícias. Para compreendermos como as notícias produzem sentidos, escolhemos a AD, na linha de estudos de Pêcheux - Orlandi, que nos fornece ferramentas teóricas-metodológicas para investigar como o posicionamento ideológico de um sujeito num determinado jogo de forças sociais influencia sua produção discursiva.

Desse modo, analisamos os enunciados das notícias sobre a Aids publicados na versão impressa do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a década de 1980, com intuito de responder à questão: as primeiras notícias sobre a Aids no Brasil presentes no jornal *O Estado de S. Paulo* influenciam a percepção que os brasileiros têm sobre a doença?

UM VÍRUS MORALISTA

O final dos anos de 1970 marca o surgimento da Aids nos Estados Unidos e Europa. Segundo Jane Galvão (2000), as notícias sobre a doença chegaram ao Brasil antes mesmo que os primeiros casos fossem identificados, fato que fez com que a Aids no Brasil no ano de 1980 fosse um “mal folhetim”. Ademais, a autora ressalta que grande parte das notícias veiculadas pela mídia nesse período tinha como principal fonte as agências norte-americanas; deste modo o imaginário social com relação à Aids foi construído sob forte influência de como a doença era abordada nos Estados Unidos. Um exemplo disso foi a interiorização da abordagem da mídia sobre questões como homossexualidade, comportamento e grupos de risco.

O jornal norte-americano *The New York Times* foi o primeiro do mundo a noticiar sobre a Aids, em 3 de julho de 1981, sob o título “Câncer raro é encontrado em 41 homossexuais” (www.nytimes.com/1981/07/03/us/rare-cancer-seen-in-41-homossexuals.html). De acordo com a reportagem, a maioria dos casos registrados apresentava apenas homens homossexuais envolvidos e que haviam tido relações sexuais em grande frequência e com muitos parceiros. Assim, o doutor James Curran, fonte de informações do texto, afirmava: “Não há perigo aparentemente para os não-homossexuais de contágio. ‘A melhor evidência contra o contágio’ disse ele, ‘Nenhum caso foi relatado até hoje fora da comunidade homossexual ou em mulheres”.

Nota-se que nesta primeira notícia não havia um conhecimento aprofundado sobre o assunto, uma vez que médicos, cientistas e jornalistas não sabiam o que era a doença que vitimava 41 pessoas de forma até então nunca vista. Além disso, a notícia demonstrava que a maioria dos pacientes havia sido tratada como se tivessem infecções virais como herpes, citomegalovirus (CMV) e hepatite B, assim como infecções parasitárias como amebíase e giardíase. Em um outro trecho da notícia também é possível perceber o desconhecimento existente em relação às formas de contágio e às possíveis manifestações biológicas da Aids, uma vez que não era possível saber se a debilidade imunológica era o real problema ou se havia se desenvolvido de forma secundária devido a infecções ou uso de drogas.

Seguindo a imprensa norte-americana, imediatamente a mídia brasileira apresentava a cobertura das mortes causadas pela Aids em outros países. As notícias eram repassadas por agências internacionais, pois não havia sido identificado nenhum caso no Brasil. Deste modo, a primeira matéria sobre a doença foi realizada pelo *Jornal do Brasil* em 5 julho de 1981.

Primeiramente, o jornal fala da doença como fato confirmado e ao longo da notícia apresenta como uma “nova doença”, sem informações exatas, e apresenta o termo “grupo de risco”, utilizado pela ciência e pela imprensa mundial, que designava homossexuais, prostitutas, usuários de drogas e hemofílicos. Essa nomenclatura refere-se ao comportamento, a suposta promiscuidade ou até mesmo a suposta irresponsabilidade no caso de usuários de drogas. A exceção eram os hemofílicos, que por necessitarem de transfusões de sangue teriam mais chances de serem contaminados; os homossexuais, prostitutas e usuários de drogas foram colocados nesse grupo devido às características equivocadas atribuídas a eles.

Entretanto, Ferreira (2003) afirma que a comunidade científica percebeu o equívoco que havia feito e que o fato de os primeiros casos de contaminação pelo HIV terem sido registrados entre homossexuais tratava-se de uma coincidência, porém a vinculação feita pela imprensa entre a Aids e a homossexualidade já havia sido estabelecida socialmente.

Segundo Hansen (2004, p. 32), “no início as notícias pareciam ser exageradas na mídia, e talvez até o fossem, porque não se sabia nada ao certo sobre o que estava ocorrendo de tão dramático no mundo e o que viria a seguida”. Todavia, o primeiro caso no Brasil só foi registrado em 1982, conforme o site do Ministério da Saúde, com a morte do costureiro e estilista Marcus Vinícius Resende Gonçalves aos 31 anos, de acordo com matéria da revista *Veja* de 15 de junho de 1983.



Anos após a identificação deste primeiro caso, segundo o Ministério da Saúde, a doença estava concentrada na região sudeste do país, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde eram atingidos usuários de drogas injetáveis, homossexuais e pessoas que receberam transfusão de sangue ou de hemoderivados, como hemácias, plasma, plaquetas.

Ao noticiar a Aids, tanto a imprensa internacional quanto a brasileira utilizavam termos como “peste gay” ou “rosa”, “câncer gay”, “síndrome gay” e “mal dos homossexuais” para se referir à doença. Susan Sontag (2007) afirma que estas metáforas seriam supostamente informativas com o intuito de rotular a Aids como uma doença que era não apenas repulsiva e punitiva, mas também representava uma invasão, como pode ser visto nesta capa do jornal *Notícias Populares* de 1983:



Segundo a autora, termos como peste gay ou rosa eram uma espécie de reciclagem da peste negra e colocavam a Aids como castigo àqueles que ameaçavam a sociedade com seus comportamentos promíscuos (SONTAG, 2007). Nessa perspectiva, Ferreira (2003, p. 107) afirma:

A associação da Aids com homossexualidade e moral produziu uma crença de que a aquisição da doença por parte dessas pessoas é consequência de um ato deliberado e, portanto, são culpadas. Já as pessoas portadoras de câncer tiveram a má sorte de desenvolvê-lo sem terem cometido nenhum ato consciente que o justificasse. Assim, em relação a essas duas doenças passa a existir um grupo de culpados e outro de inocentes. Um que merece a própria doença e outro que é vítima dela. Um que mobiliza sentimentos de raiva e repulsa e outro que provoca pena e pesar. Claro que ambos os grupos sofreram um processo de exclusão, mas cada um com uma trajetória diferente, com proporções distintas de dor e preconceito. Da mesma forma que no passado e muitas vezes ainda hoje a sífilis estava associada com a prostituição, a Aids, por um erro histórico, vincula-se fortemente aos homossexuais masculinos.

Nota-se que essas expressões em torno da Aids foram construídas a partir de discursos da ciência e da mídia, o que gerou uma série de significações devido às milhares de metáforas e produções discursivas ao longo da história desde a sua descoberta. Por isso, nosso intuito é analisar as primeiras notícias publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O SINGULAR DO JORNALISMO

A atividade do jornalista na produção de notícia é regida por uma diversidade de normas que antecedem o seu fazer e sucessivas renormalizações que concretizam na singularidade do trabalho vivo. Tendo isso em mente, buscamos as características da constituição da notícia no jornal impresso O Estado de S. Paulo de modo a considerar as facetas da atividade discursiva do jornalista quanto à produção da notícia. Com isso, pretendemos compreender alguns processos discursivos, especificamente as notícias sobre a Aids, visando o entendimento

tanto de questões discursivas, quanto sociais. Para atingir esse fim nos baseamos nas contribuições de Genro Filho (1985).

Segundo este autor, a história foi construída a partir das lutas de classes, tal como sugerem os fundamentos marxistas, e o jornalismo seria um fenômeno datado que nasce para satisfazer as reais necessidades de informação supridas pela imprensa diária, necessidades estas da nova sociedade que surge com o capitalismo. A notícia é concebida para o autor como uma unidade básica de informação para o jornalismo, é onde o singular se encontra cristalizado.

Genro Filho (1985) propõe uma teoria do jornalismo baseada nas categorias filosóficas clássicas além do singular, do particular e do universal. Deste modo, o autor esclarece que o conteúdo dinâmico implícito na ideia de singularidade permite uma característica evanescente de notícia. Trata-se de um fenômeno único e irrepetível, ou seja, singular, que o jornalismo compreende no sentido de reconstituir a imediaticidade da realidade objetiva.

Em outras palavras, o singular pode servir para falsear totalidades, simular contradições inexistentes, esconder outras efetivamente existentes, além de dissimular tendências reais e apontar outras que são falsas. Já o particular é o contexto do qual o singular emerge, e por fim o universal seria o horizonte mais amplo do conteúdo, a totalidade que engloba todas as categorias.

Nessa perspectiva, a linguagem jornalística deve entender a singularidade no contexto de uma particularidade, em um processo em que a universalidade não seja desfeita no particular e no universal, deve estabelecer dentre as categorias supracitadas um relação de convergência, o que nos permite subentender que o fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito.

Genro Filho também chama atenção para a questão da ideologia, assim o autor trabalha com três atribuições: a crítica à ideologia da objetividade jornalística, a crítica às teorias que consideram o jornalismo exclusivamente como aparelho ideológico de classe e a possibilidade de o jornalismo ser feito para uma ideologia do proletariado.

Além disso, destaca a questão da natureza da informação jornalística, que está intimamente ligada a dois aspectos: 1) a indeterminação real dos processos sociais e naturais; 2) a qualidade e o grau das possibilidades concretas de escolha que se colocam para os homens diante das alternativas nascidas da indeterminação do processo objetivo que eles vão constituindo. A isso pode-se chamar, em sentido filosófico, liberdade. O conceito de liberdade, compreendido nessa dimensão teórica, é completamente exterior e alheio ao sistemismo.

Em conformidade com o autor, acreditamos que é difícil reconhecer que o trânsito de informação entre os seres humanos implica comunicação, uma vez que os indivíduos são duplamente produtores de informação. Primeiramente, em sua relação elementar e empírica com o exterior. Depois, a partir das suas relações mediadas pelo universo de significados, ou seja, pelas informações já elaboradas e codificadas, sendo incluídos aqui a linguagem, os conhecimentos acumulados e a totalidade dos significados configurados pela cultura. Subentendemos que é evidente que esses dois níveis só podem ser distinguidos sob o ângulo analítico, através da abstração, pois existem interpenetrados e dialeticamente relacionados.

Sobretudo, chamamos a atenção para o fato de que é evidente que a negação dessa abordagem cibernética da informação não pode levar a uma visão idealista da “comunicação pela comunicação”, do “jornalismo objetivo, imparcial ou neutro”, da produção e circulação das informações na sociedade como um processo acima dos interesses e da luta de classes. Para isso, Genro Filho mostra que ideologia é sempre determinada e atravessa todas as criações da cultura: concepções científicas, filosóficas, estéticas, jurídicas, religiosas, políticas, éticas, além de manifestar-se no senso comum, nas obras de arte, nas leis, na moral, no jornalismo etc.

Tal conteúdo ideológico é contraditório e representa, em suas polarizações extremas, os interesses das classes antagônicas. O que significa que a comunicação, o jornalismo ou as informações não pode ser julgado a partir de pressupostos que eliminem o problema da verdade, ou seja, apenas em termos de “controle e organização” do “sistema social”.

Deste modo, a questão norteadora está na qualidade da informação produzida pelos meios de comunicação de massa e, ao mesmo tempo, a qualidade da relação do “emissor” com o “receptor”, ou seja, dos meios com as massas, através de seus órgãos de poder político e de suas fontes de criação cultural.

Os meios de comunicação modernos, a TV, o rádio, o cinema, a imprensa em geral, os jornais, etc. são formas centralizadas de emissão de informações e produção cultural. Sempre apresentam uma “saída” incomparavelmente maior do que a “entrada”. Caso contrário, perderiam exatamente a vantagem que possuem em relação aos meios artesanais de comunicação. Porém, não é isso que os torna antidemocráticos ou instrumentos de controle e manipulação a serviço das classes dominantes. O domínio da linguagem, o controle da escrita, o monopólio da técnica de oratória e outras tantas prerrogativas das classes dominantes sempre foram, igualmente, instrumentos de persuasão, controle e opressão. A questão primordial é o domínio político dos meios de comunicação pelas organizações das massas revolucionárias, como condição para que a qualidade das informações produzidas pelos centros emissores, em termos políticos, ideológicos e culturais sejam coincidentes com determinadas metas históricas definidas coletivamente.

Diante de tudo isso, entendemos que as possibilidades de manipulação, proporcionadas pelos meios de comunicação de massa, são tão significativas quanto as potencialidades de desalienação e de autoconstrução consciente se tais meios forem pensados numa perspectiva revolucionária e efetivamente socialista.

UMA PROPOSTA FRANCESA

A análise do discurso francesa (AD) surgiu nos anos 1960 e tem como principal teórico Michel Pêcheux, então pesquisador da École Normale Supérieure (ENS Paris), que propõe teorizar como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem – sua teoria tem como base os estudos realizados por Canguilhem e Althusser. Pêcheux concebe o discurso como o lugar em que a relação entre ideologia e linguagem ocorre, e através do funcionamento discursivo o autor busca explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação. Deste modo, estabelece como central relação entre o político e o simbólico.

Para Orlandi (2008), a AD nasce em um contexto intelectual demarcado por duas rupturas: a primeira foi o progresso da linguística onde não era mais possível considerar o sentido apenas como conteúdo, o que permitia à AD não visar o que o texto quer dizer, posição tradicional que ocorria por parte da análise de conteúdo frente a um texto, mas sim como um texto funciona. E a segunda ruptura é que neste período há uma mudança no modo como os intelectuais encaram a “leitura”, tal como se evidencia em estudos de Althusser, Lacan, Foucault e Barthes.

Desta maneira, segundo a autora, a leitura não parece mais como simples decodificação, mas como a construção de um dispositivo teórico que leva em conta a materialidade da linguagem, isto é, sua não-transparência, e coloca a necessidade de construir um artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica e sua discursividade, ou seja, podemos considerar que os estudos pêncheutianos trouxeram uma nova abordagem acerca da ciência da linguagem que, de um lado apresentava o estruturalismo com a negação do sujeito e da situação, e de outro o gerativismo com o valor biológico da linguagem proposta por Noam Chomsky.

Em virtude disto, nasce a análise de discurso com discussões que problematizam o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade. A linguagem deixa de ser vista como um sistema de regras formais e passa a ser pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, entendendo que ele é movente e instável. Em virtude disto, o objeto de estudo deixar de ser a frase – em que se apreciava palavra por palavra na interpretação - e passa ser o discurso.

Nesta perspectiva, o intuito da análise do discurso é mostrar o carácter histórico da linguagem, uma vez que esse campo de estudo é uma ruptura, que faz com que se compreenda uma gama de reconsideração no interior do fazer linguístico. Através da AD é possível estudarmos relação história-língua e a materialidade da língua no discurso.

A AD se constitui como disciplina herdeira de três regiões do conhecimento: o marxismo, a linguística e a psicanálise. Ela é transdisciplinar e contributiva pois questiona o materialismo histórico indagando pelo simbólico, interroga a linguística pela historicidade que ela coloca de lado e se desmarca da psicanálise pela forma como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2008).

Desta maneira, podemos afirmar que a AD trabalha na direção dessas disciplinas de conhecimento, porém transborda suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, produzindo assim um novo objeto que vai afetar essas disciplinas em seu conjunto: esse novo objeto será o discurso, que muitas vezes o sujeito tem a ilusão de ser a origem do discurso, sobretudo é importante ressaltarmos que os discursos já estão em curso e é o sujeito que se insere nesse processo. Mas, afinal o que seria o discurso?

Para Orlandi (2005), é o efeito de sentidos entre locutores. Para Foucault (1969 apud GREGOLIN, 2007), o discurso é uma prática que provém da formação dos saberes e que se articula com outras práticas não discursivas. Ou seja, distancia-se do modo elementar (emissor, receptor, código, referente e mensagem) da comunicação, pois não se trata apenas de uma transmissão de

informação, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação a sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição dos sujeitos e produção de sentido e não meramente transmissão de informação.

Segundo Pêcheux (2010), o processo discursivo consiste em um sistema de relações que funcionam entre elementos linguísticos em uma determinada formação discursiva.

Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente’, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX, 2010, p. 164).

Deste modo, compreendemos que a formação discursiva refere-se ao que, dentro de uma determinada posição e dentro de uma determinada conjuntura, estabelece o que pode e deve ser dito. Além disso, ao passar para uma outra formação discursiva, as palavras podem adquirir um outro sentido. Nesta perspectiva, Lima (2003, p. 80) chama nossa atenção para o fato de que quando se opta por dizer algo de uma determinada maneira, escolheu-se também como não dizê-lo, seria o chamado esquecimento enunciativo: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. Ou como sugere Orlandi:

Ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outras, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. Ao falarmos “sem medo”, por exemplo, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente” etc. Isto significa em nosso dizer e nem sempre temos consciência disso. Este “esquecimento” produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa. Mas este é um esquecimento parcial, semiconscente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que dizemos (ORLANDI 2012, p. 35)

As considerações de esquecimentos apresentadas por Pêcheux (1988) são fundamentais para a compreensão da análise do discurso. Segundo o autor, existem dois tipos, o “esquecimento nº 1” é aquele em que o sujeito se coloca como origem de tudo o que diz, esquece da historicidade do que já foi dito. Esse esquecimento é de natureza inconsciente e ideológica: o sujeito procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso. Já o “esquecimento nº 2”, de caráter pré-consciente ou semiconscente, o sujeito

privilegia algumas formas e “apaga” outras, no momento em que seleciona determinados dizeres em detrimento de outros. Com o “esquecimento nº 2”, o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado. Ele acredita que todo interlocutor captará suas intenções e suas mensagens da mesma forma. Os outros do discurso que determinam seu dizer não são percebidos pelo sujeito, assim como ele não pode ter controle total sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca, precisamente porque sentidos indesejáveis são mobilizados.

Por fim, pode-se dizer então que o discurso não se origina em nós e se caracteriza por sua capacidade de ser ambíguo. Realizamos escolhas, ou seja, escolhemos como vamos dizer algo e também como vamos não dizer regidos por elementos do contexto histórico linguístico-social de que participamos e delimitados devido a esses contextos. Tal como afirma Pêcheux, “[...] os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (1988, p. 161). Por isso, afirmamos que as escolhas não são inocentes e são passíveis de análise.

A AIDS NO ESTADÃO

Durante a década de 1980, identificamos por meio do acervo virtual de *O Estado de S. Paulo*, que foram publicadas cinco notícias em que Aids foi citada diretamente e três notícias em que a questão da Sida (Síndrome de Imuno-Depressão Adquirida) é mencionada, e são relevantes para o intuito e contexto deste trabalho.

Essas notícias apareceram em suas versões impressas e, posteriormente, foram escaneadas na íntegra em seu acervo da web. Deste modo, neste estudo as matérias foram analisadas apenas a partir dos jornais escaneados disponibilizados na página oficial do jornal na internet, o que, é importante afirmamos que constitui uma indagação para esta análise, já que existe a possibilidade de determinadas notícias não terem sido escaneadas e também o fato de se tratar de uma nova doença, pode fazer com no início houvesse outros tipos de nomenclatura e descrição as quais não identificamos a priori.

Sendo assim, as notícias serão analisadas pelos critérios baseados nas propostas de AD de Pêcheux e Orlandi: I) Relação Discurso e Ideologia, II) O dito, o não dito e o silêncio, III) O significado depende de quem e de onde se anuncia e a IV) Importância do pré-construído. Para tanto, as matérias encontradas e disponibilizadas no acervo do jornal são: domingo - 27/02/1983 - O terrível flagelo do herpes e da Sida; sexta-feira - 13/04/1983 - Síndrome mata 50 % dos doentes; sexta-feira - 20/05/1983 - Novos casos de Sida; domingo - 05/06/1983 - O vírus misterioso que assusta os EUA - O desafio já tem dois anos - A doença se espalha, sem controle - Indefeso, o organismo cede. E não há solução; domingo - 26/06/1983 - AIDS possíveis causas e prevenção - Doença nova - Por que só agora? - As hipóteses - Como evitar; domingo - 15/05/1987 - Brasil está sendo derrotado pela AIDS - A situação dos medicamentos é crítica - O Charlatanismo, a doença como negócio; quinta-feira - 17/09/1987 - Importação da AZT já começa a ser liberada - Fornecimento assegurado - Controvérsia nos EUA; domingo - 22/10/1989 - Convênios relutam em assistir a aids - Tratamento pode quebrar seguradoras americanas - Empresas não sabem o que fazer.

RELAÇÃO DISCURSO E IDEOLOGIA

Tal como afirma Pêcheux, “[...] os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (1988, p. 161).

Para análise desta categoria, é preciso considerarmos as reflexões de Pêcheux. Segundo o autor, a ideologia representa um papel importante no processo de interdição dos sentidos. Além disso, chama a nossa atenção para o fato de que as ideologias são forças materiais e os sujeitos se constituem a partir delas. E a relação entre ideologia e discurso se evidencia quando analisamos os conceitos de formações discursivas e formação ideológica.

As informações ideológicas são um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são “individuais” e tampouco “universais”, mas que se relacionam de certo modo com as posições de classe em conflito umas com as outras. Em outras palavras, podemos considerar como o conjunto de representações das práticas discursivas institucionais de um determinado grupo social, de suas reflexões e ideias, demonstrando a compreensão que cada grupo tem do mundo. Para Fiorin (1993, p. 32), é através dessa formação discursiva que o ser humano constrói seus discursos, que ele reage linguisticamente aos acontecimentos. Deste modo, o discurso é mais o local da reprodução que da criação. E reprodução dentro de uma formação ideológica, que rege, no caso analisado, às escolhas nas reportagens.

Em virtude disto, é possível identificar nas reportagens de *O Estado de S. Paulo* três fases distintas: o anúncio, o alarme e o “controle”. Deste modo, destacamos a seguir textos publicados respectivamente em 27/02/1983 e 13/04/1983, notícias da primeira fase, a fim de analisar o momento jornalístico a respeito da Aids, ou melhor, Sida, nomenclatura usada neste período.



Observamos logo na primeira reportagem características anunciativas em 27/02/1983, sobretudo, o tom é negativo dado à doença, quando informa seu surgimento através do adjetivo qualificativo “terrível”, e diz “flagelo do herpes e da Sida”, um discurso promocional que não enaltece a doença, porém visa um anúncio do flagelo (a propagação da doença) a dissuadir a população de agir de certa maneira (atentar-se aos perigos da contaminação), a incitar a adotar certos comportamentos. Assim, o objeto de fala se apresenta como um benefício anunciativo/informativo coletivo de reparação de uma desordem social, não como um benfeitor, mas como um conselheiro.

Do mesmo modo, na reportagem de 13/05/1983 (“Síndrome mata 50% dos doentes”) o enunciador utiliza a porcentagem de 50% dos doentes para provar o que fala, ou seja, os dados numéricos trazem implícitos os efeitos daquela realidade, uma vez que a precisão está relacionada diretamente com a questão da veracidade.

Na segunda fase, denominada aqui como “alarme”, notamos a permanência do tom negativo; sobretudo, as publicações são de notícias alarmantes, tais como os matérias publicadas em 05/06/1983, 26/06/1983 e 15/05/1987:





Aqui se destaca novamente o tom negativo, porém, as notícias são alarmantes, em relação ao dimensionamento da doença, com a tendência jornalística de tratar com mais intensidade e assiduidade os assuntos que interessam a própria imprensa, tal como ocorre na reportagem de 13/05/1983 com os títulos “O vírus misterioso que assusta os EUA”, e subtítulos: “O desafio já tem dois anos”, “A doença se espalha, sem controle” e “Indefeso, o organismo cede. Não há solução.”

Nesta mesma perspectiva, identificamos na reportagem de 15/05/1987, “O Brasil está sendo derrotado pela Aids” com o subtítulo “A situação dos medicamentos é crítica”. Outra noção importante na análise de discurso e observada nesse contexto diz respeito ao interdiscurso. Para Pêcheux (1988, p. 162), “[...] propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas.” Assim, por interdiscurso referimos ao já-

dito, ou seja, se caracteriza pela presença de diferentes discursos provenientes de diferentes momentos na história, de diferentes posições sociais, que estão presentes em uma mesma formação discursiva. Deste modo, no momento da notícia “O Brasil está sendo derrotado pela Aids”, o texto faz alusão a um discurso militar, que normalmente é atribuído por abordar situações de perda de uma batalha, de uma guerra ou insucesso militar.

Por fim, a terceira fase denominada como aqui como “controle”, utilizamos o termo entre aspas, pois ações das instituições em relação a doença são contraditórias, apesar de apresentarem facetas de controle, como nas matérias publicadas em 05/06/1983 e em 26/06/1983:

QUINTA-FEIRA — 17 DE SETEMBRO DE 1983

Importação da AZT já começa a ser liberada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Direção Nacional de Medicamentos (Dimed) do Ministério da Saúde rejeitou ontem o primeiro pedido de importação da AZT, droga utilizada para prevenir a vida de pacientes com Aids. O professor Mário Barreto Correia Lima, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, entrou com pedido de liberação de receita para importação de 25 frascos do remédio, ao custo de US\$ 188 (cerca de C\$ 8400,00) a unidade, para estudos em dois pacientes. O novo diretor da Dimed, Gilberto Amado Pereira Alves, atendeu ao pedido.

Segundo Pereira Alves, o ministro vai liberar rapidamente os pedidos de importação que chegarem à Dimed, bastando que os médicos interessados reconstituam os originais duas vias da receita.

Ele explicou ainda que as importadoras nacionais de portos e aeroportos, drogões ligadas ao ministério e representadas em todos os Estados, também poderão liberar as receitas para importação da droga, caso seja impossível no interesse dos países.

Aldo o próximo dia 25, o laboratório Wellcome, fabricante da AZT, enviou ao Ministério da Saúde a documentação geral sobre a droga para que no dia 28 a comissão de avaliação técnica de medicamentos estude.

Fornecimento assegurado

Se depender da Wellcome da Inglaterra, os pacientes brasileiros de Aids terão a quantidade necessária da droga AZT. Único medicamento até o momento que se mostrou capaz de prolongar a vida

a liberação do remédio para comercialização no Brasil.

ESPERANÇA

O chefe do Serviço de Assistência Médica do Programa Nacional de Controle da Aids do Ministério da Saúde, Luiz Antônio Loures, afirmou ontem que os Estados Unidos estão desenvolvendo estudos com drogas que têm sido apontadas como uma esperança no tratamento da Aids, já que apresentam menos efeitos colaterais que a AZT. Segundo Loures, o tratamento da doença está em evolução e a AZT seria um medicamento intermediário em todo o processo.

As drogas em estudo são o Zalcitabina, a didanosina e o AZT-TI. Loures informou que os tratamentos estão sendo avaliados no Instituto Nacional do Câncer e no Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, encontrando-se ainda em fase de avaliação.

“Não há ainda como prever quando seremos um resultado sobre essas drogas ou se realmente são eficazes, pois não há de compostos já foram estudados e mostraram eficácia em laboratório, assim, contudo, demonstrar o mesmo em análises clínicas”, afirmou.

Loures disse ainda que provavelmente na próxima semana serão discutidas as formas de introdução da AZT no Brasil, com base inclusive nas normas seguidas no Equador onde se realizou a subcomissão sobre Aids) e em outros países.

produção da AZT está fornecendo a droga para 25 países que registram casos da doença. “Em muitos deles, estamos fazendo um tipo de acordo que estamos propondo ao Brasil”. Na América do Sul, no Paraguai e no



Herbert de Souza Filho

Sociólogo diz que ainda falta prática

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, sociólogo Herbert de Souza Filho, disse ontem, no Rio, que a destinação pelo Inepaq, ainda este ano, de C\$ 200 milhões para a importação da AZT, única droga capaz de deter o avanço da doença, é uma decisão positiva, “mas falta a prática”. Partidar da vitória da Aids, assim como seus irmãos Heril e Francisco Mário-Idos Herme-filhos-devidos à transfusão de sangue,

Convênios relutam em assistir a aidéticos

Os convênios de saúde relutam em assumir a assistência aos pacientes com Aids, alegando falta de recursos e conhecimento técnico. A situação é agravada pela falta de treinamento dos profissionais de saúde e pela escassez de medicamentos.

Tratamento pode quebrar seguradoras americanas

O custo do tratamento para a Aids é tão alto que pode quebrar as seguradoras americanas, segundo especialistas. O tratamento atualizado envolve medicamentos caríssimos e procedimentos complexos.

Empresas não sabem o que fazer

As empresas não sabem o que fazer diante da epidemia de Aids, pois não possuem políticas claras de prevenção e assistência aos funcionários afetados.




Já nessa última fase, os textos destacam as iniciativas de combate à doença, com foco no medicamento AZT, e as medidas não adotadas pelo governo. Embora esses textos incitem o clima de combate ao vírus, utilizando expressões como “Importação da AZT já começa a ser liberada” ou “Fornecimento assegurado” que tentam acalmar o leitor, procurando, de certa forma, desfazer o medo provocado nas outras fases. Sobretudo, identificamos uma maior preocupação capitalista com textos como: “Convênios relutam em assistir a aidéticos” com subtítulos “Empresas não sabem o que fazer” e “tratamento pode quebrar seguradoras americanas” e “Empresas não sabem o que fazer” indicam uma postura financeira em relação a doença.

O DITO, O NÃO DITO E SILÊNCIO

Segundo Orlandi (1993), o silêncio não significa a ausência de palavras ou a sombra verbal, pelo contrário ele pode ser pensado como a respiração da significação, uma espécie de lugar de recuo para que se possa significar, para que o sentido possa fazer sentido. Em outras palavras, para a autora o silêncio é uma forma diferente de significar (do verbal), porém não é vazio, ou seja, o silêncio significa.

A reportagem de 15/05/1987 - Brasil está sendo derrotado pela Aids - A situação dos medicamentos é crítica - O Charlatanismo, a doença como negócio - é a única que faz menção a possibilidade “governamental” de uma prevenção em relação a doença. Sobretudo, em todas as outras, ações do governo como políticas públicas de saúde é silenciada, apontando para uma condução ao esquecimento desse fato, sobretudo o direito à saúde é um direito humano inalienável.

Outra questão que remete ao “não dito” nas matérias são as pessoas com a doença (não vocalizada), em nenhuma notícias temos depoimentos das vítimas, ou seja, quais eram suas necessidades, preconceitos, problemas na aquisição de remédios, atendimento médico ... É nesse sentido que se faz valer a colocação de Orlandi em relação ao silêncio- o não dito. Desta forma, identificamos esse silêncio quanto à não menção da voz das pessoas com a doença, uma vez que não são ditas demonstra-se uma situação de abandono e exclusão social, à margem da atuação de qualquer serviço público de saúde.

Nessa perspectiva, observamos que em todas as fontes utilizadas, a pessoa com a doença não é fonte de informações, quase uma relação de poder, que permite somente médicos, cientistas, convênios falarem.

O SIGNIFICADO DEPENDE DE QUEM E DE ONDE SE ENUNCIA

Outro fato importante de significado a qual devemos levar em consideração em nossa análise é de onde o sujeito do discurso enuncia, qual sua função, em quais condições o discurso foi produzido. Para Orlandi,

O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (1999, p. 42-43).

Desta maneira, compreendemos que os sentidos são regulados socialmente, de uma forma que uma sentença produz sentidos diferentes, de acordo com que enuncia e/ ou a posição que ocupa, já que o sentido não se desprende da materialidade discursiva, porém de uma série de relações a serem definidas entre o enunciado, seu enunciador e o amplo contexto que envolve a enunciação.

Assim, é fundamental se ter em mente que as matérias apresentadas pertencem ao período demarcado pelo fim da ditadura militar, que se caracteriza pela intensa censura aos meios de comunicação (a qual se estendeu até 1988). Além disso, temos o novo decreto de regulamentação da profissão de jornalista, firmado em 1979, que apresenta a obrigatoriedade do diploma em curso superior de jornalismo.

Segundo Peixoto (1998), a partir desse período, foi possível observar uma substituição geracional evidente nas redações brasileiras, com a entrada em cena dos novos jornalistas. Depoimentos de diversos profissionais do ramo apontam o corte geracional “duro” existente no interior do ofício: o “velho” autodidata foi substituído de modo rápido pelo bacharel em Comunicação Social, sem nenhuma experiência profissional anterior. Além disso, a década de 1980 não serve só para pensarmos no contexto profissional do jornalista, mas também para refletirmos sobre o papel fundamental da mídia pós-ditadura, em que a imprensa vai fazer uso de canais alternativos de expressão. Nesse processo, observamos uma crescente autonomia dos veículos de comunicação, fortalecidos pelo fim da censura e que, se de um lado tiveram uma forte atuação na condução da abertura política, de outro, ainda carregavam amarras do período de que se libertavam.

Tendo em mente que as notícias aqui trabalhadas foram publicadas por *O Estado de S. Paulo* no início dos anos 1980, duas motivações se encontram em relação ao jornalismo e o presente jornal: que a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas; e a característica latente em todo o veículo de grande mídia capitalista, que é a dependência do lucro para sobreviver, situação evidenciada pela dependência total de seus anunciantes e que acaba influenciando determinações econômicas em diferentes níveis.

Nessa perspectiva, é importante destacarmos que o jornalismo é um dos campos mais abrangentes da cultura social e individual; no entanto, não é imune à subordinação à lógica comercial, e esta impõe suas limitações aos outros universos (BOURDIEU, 1997, p. 81). Deste modo, é com essa plataforma, de empresa capitalista que responde a interesses múltiplos, antes de veículo midiático e jornalístico, que compreendemos o jornal *O Estado de S. Paulo*, conforme as matérias apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As notícias obtidas por meio do acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* apontam para a identidade da Aids na década de 1980 e que forma o nosso pré-construído até hoje, apesar da evolução nos tratamentos: ela é um mal que se dissemina com alta letalidade. Consideramos que notícias na íntegra apresentam aspectos importantes para identificar as condições dos discursos em relação a AIDS. Sobretudo, dada a extensão do recorte, optamos em analisar somente os títulos das reportagens.

Dentre os objetivos desta empreitada, está o de discutir a respeito da AIDS e apresentar o quanto é importante refletir sobre a importância que as doenças têm para o contexto social e midiático. Desta forma, ao relacionarmos o passado da doença, acreditamos que os efeitos de sentido dos diferentes discursos presentes no jornal *O Estado de S. Paulo* contribuíram por tornar a doença uma experiência traumática, o que amplia a estrutura de plausibilidade do preconceito.

Nesse sentido, é importante declarar que não se tem a intenção de formular uma crítica a tal veículo, mas chamamos atenção para a postura de qualquer meio de comunicação a que caberia buscar o trato dialético dessas questões em relação a AIDS consideradas de relevância à comunidade ou, como prevê a legislação, de “interesse público”, passando à população as informações como parte da complexidade ideológico-social em que se materializam, ampliando as fontes das notícias a diferentes vozes.

A análise do discurso do jornal *O Estado de S. Paulo* à luz dos conceitos de Relação Discurso e Ideologia, O dito, o não dito e o silêncio, O significado depende de quem e de onde se anuncia e a importância do pré-construído, nos leva a avaliar o peso da AIDS no contexto discursivo, verificando como os sentidos foram sendo produzidos com base alarmante na memória de outras doenças infecciosas. Deste modo, por associação, novos sentidos em relação à doença vão sendo produzidos com base nos já existentes, através de um processo interdiscursivo, que possibilita pontos de contato com outros campos. No fim das contas, esperamos que tal abordagem incentive outros pesquisadores das diferentes áreas da Comunicação, Linguagens e afins para buscarem e ampliem tais questionamentos.

The first news about Aids in Brazil in the newspaper O Estado de S. Paulo: an analysis

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the discourses on Aids in the first publications of the newspaper O Estado de S. Paulo through the theoretical perspective of the French Discourse Analysis (AD), based on Pêcheux (1997 and 2002) and Orlandi (1998; 2005 ; 2007). Thus, we seek to highlight the discursive construction adopted by the Brazilian press in the first news about the disease in the 1980s.

KEYWORDS: Journalistic discourse. Discourse analysis. Aids.

REFERÊNCIAS

ALVES, Wedencley. Entre sentidos e desejos: as campanhas de Carnaval para prevenção contra o HIV (1999-2009). São Paulo: Líbero, v. 16, n. 31, p. 89-104, jan./jun. de 2013.

BARTLETT, C. et al. What's newsworth ? Longitudinal study of the report of medical research in two British medical newspapers. *BJM* 2002; 325:81-91.

BOURDIEU, Pierre, Sobre a televisão. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997

Campos MS, Coelho MTAD. A AIDS e o discurso homofóbico da indústria cinematográfica hollywoodiana. Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos; 2010 ago 23-26. Florianópolis (SC), Brasil. Florianópolis(SC): UFSC; 2010. p. 1-7.

CAPELATO. Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

Cardoso, J. M. (2001). Comunicação, saúde e discurso preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de *AIDS* veiculadas pela TV (1987-1999). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Costa, S. L. M. (2014). Comunicação, campanhas e bioidentidades: discursos sobre o HIV entre governos, OSCs e soropositivos. (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil.

CYREE, Magda Regina Lourenço. REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO JORNALÍSTICO: CONTRIBUIÇÕES PARA INTERPRETAÇÃO. *Revista Entrelinhas*- vol 7, 1. jan/jun 2, 2013.

FERREIRA, Cláudio Vital de Lima. *AIDS* e a exclusão social: um estudo clínico com pacientes com HIV. São Paulo: Lemos, 2003.

GALVÃO, Jane. *A AIDS no Brasil: agenda de construção de uma epidemia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora34/ABIA, 2000, p. 20

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. [on-line]. Disponível na internet em <<http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>>. Acesso em 25 Mai. 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25 nov. 2007

HANSEN, João Henrique. Como entender a saúde na comunicação? Paulus, São Paulo, 2004.

HERZLICH, Claudine; PIERRET, Janine. Uma doença no espaço público, a AIDS em seis jornais franceses. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-35, 1992. Disponível na internet em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311992000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Mai. 2018. .

PLATÃO. In: Os pensadores: história das grandes idéias do mundo ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1972. v. 1, Cap. 3, p. 45-64.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p ORLANDI, Eni P. As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 2002.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. *Estudos de Sociologia*, n.4, 1998

PÊCHEUX, Michel. O discurso. Estrutura e acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 2002

PÊCHEUX, Michel, FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: Por uma 114 Análise Automática do Discurso. GADET, Françoise, HAK, Tony. Campinas: UNICAMP, 2010.

SOARES, Rosana de Lima. AIDS e imprensa: escritos do jornal Folha de S. Paulo. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 2, n. 2, p. 47-76, Feb. 1998. Disponível na internet : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Mai. 2018.

SONTAG, Susan. Doença como metáfora: *AIDS* e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRAQUINA, Nelson. A cultura noticiosa. In: O que é jornalismo. Lisboa: Quimera, 2002.

Recebido: 2 set. 2020.

Aprovado: 29 set. 2020.

DOI: 10.3895/rde.v11n19.13110

Como citar:

BARBOSA JR., J.B.; SOUZA, M. As primeiras notícias da Aids no Brasil no jornal O Estado de S. Paulo: uma análise. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 11, n. 19, p. 71-92, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

